

Petrobras  
Logística de  
Exploração e  
Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. -  
Petrobras)

**Demonstrações financeiras em  
31 de Dezembro de 2020**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos administradores e aos acionistas da  
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("Companhia" ou "PB-LOG"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PB-LOG em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à PB-LOG, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações da Companhia, referente a receita e correspondentes custos dos serviços prestados, é realizada com seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, conforme descrito na Nota Explicativa nº 9 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Outros assuntos

### Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da PB-LOG, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada às demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a PB-LOG continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

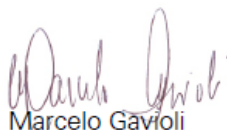
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da PB-LOG.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da PB-LOG. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Gavioli  
Contador CRC 1SP201409/O-1

# Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

## Balancos patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa		1	5	Fornecedores	7	844.313	696.845
Contas a receber clientes, líquidas	5	714.331	607.233	Arrendamentos mercantis	8	593	4.906
Contas a receber FIDC	5	1.054.809	3.540.757	Imposto de renda, contribuição social e outros	11	133.858	65.914
Imposto de renda, contribuição social e outros	11	64.975	68.592	Dividendos a pagar	12	490.204	-
				Outras contas e despesas a pagar		6.331	4.235
		<b>1.834.116</b>	<b>4.216.587</b>			<b>1.475.299</b>	<b>771.900</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Contas a receber clientes, líquidas	5	47.353	50.764	Arrendamentos mercantis	7	110	1.742
Imposto de renda, contribuição social e outros	11	57.849	170.668	Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	6.713	-	diferidos	11	-	964
Depósitos judiciais	10	38.730	37.438	Provisão para processos judiciais e			
Imobilizado	6	184	4.878	administrativos	10	62.973	50.764
				Outras contas e despesas a pagar		1.126	442
		<b>150.829</b>	<b>263.748</b>			<b>64.209</b>	<b>53.912</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
					12		
				Capital social		249.391	3.162.458
				Reserva legal		49.880	299.271
				Dividendos adicionais propostos		146.166	192.794
						<b>445.437</b>	<b>3.654.523</b>
		<b>1.984.945</b>	<b>4.480.335</b>			<b>1.984.945</b>	<b>4.480.335</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)*

	Nota	2020	2019
<b>Receita de serviços</b>	15	4.217.190	3.199.521
Custo dos serviços prestados	18	<u>(2.237.679)</u>	<u>(2.029.301)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b><u>1.979.511</u></b>	<b><u>1.170.220</u></b>
Receitas (despesas)			
Gerais e administrativas	18	(19.503)	(23.403)
Tributárias	18	(4.836)	(12.683)
Reversão de perda no valor recuperável de contas a receber		158	6
Outras receitas (despesas), líquidas	17	<u>(58.230)</u>	<u>13.632</u>
		<u>(82.411)</u>	<u>(22.448)</u>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b><u>1.897.100</u></b>	<b><u>1.147.772</u></b>
Resultado financeiro líquido	16	<u>97.783</u>	<u>237.790</u>
Receitas financeiras		98.293	238.554
Despesas financeiras		<u>(510)</u>	<u>(764)</u>
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b><u>1.994.883</u></b>	<b><u>1.385.562</u></b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	11.2	(683.508)	(472.433)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11.2	<u>7.676</u>	<u>696</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>1.319.051</u></b>	<b><u>913.825</u></b>
Lucro básico e diluído por ação (em milhares de R\$)		<u>0,56</u>	<u>0,39</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

## Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)*

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	1.319.051	913.825
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>1.319.051</u></b>	<b><u>913.825</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

	Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2019</b>	<b><u>3.162.458</u></b>	<b><u>253.580</u></b>	<b><u>242.111</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>3.658.149</u></b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	913.825	913.825
Dividendos adicionais pagos de 2018	-	-	(242.111)	-	(242.111)
Reserva legal	-	45.691	-	(45.691)	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	(675.340)	(675.340)
Dividendos adicionais propostos	-	-	192.794	(192.794)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b><u>3.162.458</u></b>	<b><u>299.271</u></b>	<b><u>192.794</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>3.654.523</u></b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2020</b>	<b><u>3.162.458</u></b>	<b><u>299.271</u></b>	<b><u>192.794</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>3.654.523</u></b>
Capitalização da reserva legal	249.391	(249.391)	-	-	-
Redução de capital social	(3.162.458)	-	-	-	(3.162.458)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.319.051	1.319.051
Dividendos adicionais pagos de 2019	-	-	(192.794)	-	(192.794)
Dividendos intermediários pagos (1T-2020)	-	-	-	(263.415)	(263.415)
Dividendos intermediários pagos (2T-2020)	-	-	-	(412.487)	(412.487)
Dividendos intermediários e JCP	-	-	-	(496.983)	(496.983)
Dividendos adicionais propostos de 2020	-	-	146.166	(146.166)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b><u>249.391</u></b>	<b><u>49.880</u></b>	<b><u>146.166</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>445.437</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

	2020	2019
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	1.319.051	913.825
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
Depreciação e amortização	2.750	2.434
Amortização de direito de uso - Recuperação de PIS/COFINS	(349)	-
Perdas de créditos esperados	(158)	(6)
Provisão para processos judiciais e administrativos	15.635	116
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(7.676)	(696)
Encargos financeiros, variação monetária sobre arrendamentos	244	416
Variações monetárias não realizadas	(7.397)	(11.139)
Rendimentos com recebíveis de ativos financeiros	(69.540)	(181.011)
Resultado na venda de ativos	252	-
<b>Redução (aumento) nos saldos ativos</b>		
Contas a receber	(103.530)	186.584
Impostos a recuperar	121.795	133.390
Outros ativos	1.002	(6.164)
<b>(Redução) aumento nos saldos passivos</b>		
Fornecedores	147.468	(680.769)
Impostos e contribuições a recolher	195.019	33.081
Imposto de renda e contribuição social pagos	(127.075)	-
Outros passivos	(526)	25.033
<b>Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais</b>	<b>1.486.965</b>	<b>415.094</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Aplicações em ativos financeiros	(5.057.800)	(4.073.823)
Resgate em ativos financeiros	7.613.290	4.577.268
<b>Recursos líquidos gerados pelas atividades de investimento</b>	<b>2.555.490</b>	<b>503.445</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Amortização de arrendamentos mercantis	(4.525)	(1.084)
Redução de capital	(3.162.458)	-
Pagamento de dividendos e JCP	(875.476)	(917.451)
<b>Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento</b>	<b>(4.042.459)</b>	<b>(918.535)</b>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(4)	4
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	1
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>1</b>	<b>5</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

## Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

	2020	2019
<b>Receitas</b>		
Prestação de serviços e outras receitas	4.964.090	3.767.962
	<u>4.964.090</u>	<u>3.767.962</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Energia, serviços de terceiros e outras despesas	(2.284.560)	(2.011.374)
	<u>(2.284.560)</u>	<u>(2.011.374)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b><u>2.679.530</u></b>	<b><u>1.756.588</u></b>
Depreciação e amortização	(2.750)	(2.434)
	<u>(2.750)</u>	<u>(2.434)</u>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b><u>2.676.780</u></b>	<b><u>1.754.154</u></b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras - Inclui variações monetárias e cambiais ativas	98.293	238.554
	<u>98.293</u>	<u>238.554</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b><u>2.775.073</u></b>	<b><u>1.992.708</u></b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal e administradores</b>		
Salários e encargos	29.658	29.969
	<u>29.658</u>	<u>29.969</u>
<b>Tributos</b>		
Federais	1.255.780	909.357
Municipais	176.981	138.604
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.676)	(696)
	<u>1.425.085</u>	<u>1.047.265</u>
<b>Instituições financeiras e fornecedores</b>		
Juros, variações cambiais e monetárias	510	764
Despesas de alugueis	769	885
	<u>1.279</u>	<u>1.649</u>
<b>Acionistas</b>		
Dividendos	1.172.885	675.340
Lucros retidos	146.166	238.485
	<u>1.319.051</u>	<u>913.825</u>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b><u>2.775.073</u></b>	<b><u>1.992.708</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)*

### **1 A Companhia e suas operações**

A Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. Constituída em 21 de novembro de 2000, a Companhia iniciou suas operações em 2 de janeiro de 2001, sob o nome de Alberto Pasqualini - REFAP S.A. Desde 1968, a refinaria funcionava como unidade operacional da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

Em 1º de novembro de 2012, foi aprovada, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a reforma integral do seu Estatuto Social, modificando-se, entre outros aspectos, a sua denominação e objeto social, passando, a partir daquela data, a denominar-se Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("PB-LOG"), cujo objeto social sofreu alterações para possibilitar o provimento de serviços logísticos para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural no Brasil, além da atividade de navegação de apoio marítimo e serviços correlatos.

A Companhia mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

#### **1.1 Destaques do exercício**

Em virtude da pandemia do coronavírus (COVID-19), declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, a Companhia adotou e segue com providências para preservar a saúde de seus colaboradores, bem como proporcionar maior prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas. A Companhia segue acompanhando a evolução do coronavírus e avaliando a necessidade de novas medidas, alinhada ao seu acionista controlador.

Dando continuidade ao seu reposicionamento estratégico e visando à manutenção de sua competitividade, a Companhia efetuou a revisão de sua estrutura organizacional, tornando-a mais enxuta e ágil.

Não houve impactos materiais nas demonstrações financeiras do exercício em função dos efeitos da COVID-19.

Em 2020, a PB-LOG destaca as seguintes operações:

- (i) Na Logística, além da continuidade na prestação de serviços aos clientes, destacam-se a assinatura de novos contratos de prestação de serviços de Infraestrutura e Gestão, de serviços aeroportuários para Macaé e Vitória e novos serviços de embarcação.
- (ii) Em Construção de Poços, destacam-se as operações de *workover* em Roncador, além da perfuração e completação do poço TVD-5 no BM-C-36. Em Libra, foram executados serviços complementares e estimulação de poços.
- (iii) Na Engenharia Submarina, destaca-se, além da continuidade na prestação de serviços para os clientes Libra, Roncador e Tartaruga Verde, o volume expressivo de serviços voltados para a inspeção submarina. Adicionalmente, também, foi realizada a interligação do poço TVD-5 no BM-C-36.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que estão convergidas com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas conforme Nota Explicativa nº 3 - Sumário das principais práticas contábeis.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia em 26 de fevereiro de 2021.

### **2.1 Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.3 Novas normas e interpretações**

A Companhia é regida pelos regramentos publicados pelo CPC, que emite pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir, são apresentados os normativos contábeis ainda em análise pelo CPC, que não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2020.

<b>Norma</b>	<b>Descrição</b>	<b>Data de vigência</b>
Interest Rate Benchmark Reform - Phase 2. Amendments to IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 and IFRS 16.	As alterações normativas estão relacionadas à reforma das taxas de juros referenciais (IBOR) resultante das recomendações estabelecidas no relatório do Financial Stability Board (FSB). As emendas estabelecem novos requerimentos sobre: base para determinação dos fluxos de caixa contratuais dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado no escopo da IFRS 9, passivos de arrendamento; contabilidade de <i>hedge</i> ; e divulgações.	1º de janeiro de 2021, aplicação retrospectiva com determinadas exceções

<b>Norma</b>	<b>Descrição</b>	<b>Data de vigência</b>
Annual Improvements to IFRS® Standards 2018-2020.	As emendas alteram requerimentos relacionados a: controlada como adotante inicial das IFRS (IFRS 1-First-time Adoption of International Financial Reporting Standards); taxas a ser consideradas para avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro (IFRS 9-Financial Instruments); e fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo (IAS 41-Agriculture). Adicionalmente, as emendas alteram determinado exemplo ilustrativo contido na IFRS 16-Leases.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3	As emendas atualizam determinada referência na IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como incluem requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets e IFRIC 21-Levies. Adicionalmente, as emendas orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
Onerous Contracts - Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37	Estabelece alterações no IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets para esclarecer o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16	As alterações no IAS 16 - Property, Plant and Equipment proíbem deduzir do custo do imobilizado valores recebidos pela venda de itens produzidos antes da colocação do ativo no local e condição necessárias para este ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração.	1º de janeiro de 2022, aplicação retrospectiva com determinadas exceções.
Classification of Liabilities as Current or Non-current - Amendments to IAS 1	As emendas no IAS 1 - Presentation of Financial estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva.
IFRS 17 - Insurance Contracts e Amendments to IFRS 4 - Insurance Contracts	A IFRS 17 substitui a IFRS 4- Insurance Contracts e estabelece os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva.

Quanto às emendas e normativos listados acima, a Companhia não estima impactos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

### **3 Sumário das principais práticas contábeis**

As práticas contábeis para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo nas respectivas notas explicativas e são consistentes com as políticas contábeis adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores.

As notas que apresentam práticas contábeis são:

- Nota Explicativa nº 6. Imobilizado
- Nota Explicativa nº 8. Arrendamentos mercantis
- Nota Explicativa nº 10. Processos judiciais e contingências - Processos judiciais provisionados
- Nota Explicativa nº 11. Tributos
- Nota Explicativa nº 15. Receita de vendas de contratos com clientes

#### **3.1 Instrumentos financeiros**

##### ***a. Reconhecimento e mensuração inicial***

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

##### ***b. Classificação e mensuração subsequente***

No reconhecimento inicial, ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais.
- VJORA: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto a sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes.
- VJR: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

- Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**c. *Desreconhecimento***

*Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

*Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**d. *Redução ao valor recuperável (impairment)***

Provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão será reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).



#### *Aumento significativo do risco de crédito*

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a Companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A Companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

#### *Definição de inadimplência (default)*

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento financeiro, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

#### *Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas*

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

#### **e. Apresentação**

Provisões para *impairment* sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos tendo como contrapartida ganhos ou perdas no resultado.

## **4 Estimativas e julgamentos relevantes**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir, são apresentadas informações apenas sobre estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

#### **4.1 Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências**

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais decorrentes do curso normal das suas operações, bem como das operações da refinaria Alberto Pasqualini - REFAP S.A., cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela PB-LOG com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Especificamente para ações trabalhistas de terceirizados, a Companhia estima a perda esperada através de um procedimento estatístico em virtude do volume de ações com características similares.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na Nota Explicativa nº 10.

#### **4.2 Perdas de crédito esperadas**

A provisão de Perdas de Crédito Esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a Companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação. Informações sobre a PCE são apresentadas na Nota Explicativa nº 5.

#### **4.3 Tributos diferidos sobre o lucro**

A Companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos estão apresentados na Nota Explicativa nº 11.

## 5 Contas a receber

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Partes relacionadas (Nota 9)	761.684	657.915
Clientes - Terceiros	263	503
Recebíveis de ativos financeiros - FIDC (a)	1.054.809	3.540.757
Perdas de crédito esperadas (PCE)	1.816.756 (263)	4.199.175 (421)
	<b>1.816.493</b>	<b>4.198.754</b>
Circulante	1.769.140	4.147.990
Não circulante (b)	47.353	50.764

(a) Recebíveis de ativos financeiros

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é um fundo exclusivo da Petrobras e suas controladas e destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por suas subsidiárias e controladas.

Os recursos aplicados no FIDC-NP são classificados na categoria de valor justo por meio de resultado e tiveram rendimento de 2,77% em 2020 (5,97% em 2019).

(b) Contas a Receber de Longo Prazo

Referem-se aos valores a ser ressarcidos pela Petrobras diante das perdas prováveis com processos judiciais originados das atividades operacionais oriundas da REFAP, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 10.

A composição de contas a receber com partes relacionadas está detalhada na Nota Explicativa nº 9.

## 6 Imobilizado

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Equipamentos e instalações de escritório</b>	4	5
<b>Direitos de uso</b>	180	4.873
	<b>184</b>	<b>4.878</b>

Com a adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Companhia reconheceu, em 1º de janeiro de 2019, os ativos de direito de uso em contrapartida a um passivo de financiamento.

### 6.1 Prática contábil

Está demonstrada pelo custo de aquisição, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Os bens do imobilizado relativos ao direito de uso são depreciados pelo método linear com base no prazo contratual.

## 7 Fornecedores

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Terceiros no País	156.638	147.096
Partes relacionadas (Nota 9)	687.675	549.749
	<b>844.313</b>	<b>696.845</b>

O aumento no saldo de Partes relacionadas em 2020 decorre de valores referentes a Termos para Encerramento de Pendências assinados com a Petrobras, cujos pagamentos estão previstos para 2021.

## 8 Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis incluem, principalmente, embarcações de apoio e edificações. A movimentação dos contratos de arrendamento reconhecidos como passivos está demonstrada a seguir:

Saldo em 31.12.2019	Remensuração	Encerramento antecipado	Pagamentos de principal e juros	Encargos incorridos no exercício	Saldo em 31.12.2020
6.648	(21)	(1.671)	(4.525)	272	703
Circulante					593
Não circulante					110

### 8.1 Prática contábil

A classificação contábil das operações de arrendamento mercantil operacional tem como base normativa o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019.

Os passivos de arrendamento, incluindo aqueles cujos ativos subjacentes de baixo valor, são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos, geralmente descontados a taxa incremental nominal sobre empréstimos da Companhia, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas.

Remensurações no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como nos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento.

Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos) são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do contrato.

## 9 Partes relacionadas

### 9.1 Transações comerciais e outras operações

	Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	Petrobras Distribuidora S.A.	Petrobras Transporte S.A. Transpetro	Petrobras Biocombustível S.A. PBIO	BSCO Navegação S.A.	2020	2019
<b>Ativo:</b>							
Circulante							
Contas a receber							
Empresas ligadas	714.140	-	191	-	-	714.331	607.151
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	296
	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>
Não circulante							
Contas a receber							
Empresas ligadas	47.353	-	-	-	-	47.353	50.764
	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>
	<b>761.493</b>	<b>-</b>	<b>191</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>761.684</b>	<b>658.211</b>
<b>Passivo</b>							
Circulante							
Fornecedores							
Empresas ligadas	685.645	1.742	-	254	34	687.675	549.749
Arrendamento mercantil	89	-	-	-	-	89	170
Dividendos	490.204	-	-	-	-	490.204	-
	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>
Não circulante							
Arrendamento mercantil	110	-	-	-	-	110	165
	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>
	<b>1.176.048</b>	<b>1.742</b>	<b>-</b>	<b>254</b>	<b>34</b>	<b>1.178.077</b>	<b>550.084</b>
<b>Resultado</b>							
Receita líquida por prestação de serviços	4.217.096	-	93	-	-	4.217.189	3.198.926
Custos dos serviços prestados	(693.560)	(29.750)	(5.745)	(86)	-	(729.141)	(831.814)
Compartilhamento de gastos administrativos	(2.336)	-	-	-	-	(2.336)	(2.144)
Outras despesas	(4.700)	-	-	(1.833)	-	(6.533)	17.369
	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>	<u>          </u>
	<b>3.516.500</b>	<b>(29.750)</b>	<b>(5.652)</b>	<b>(1.919)</b>	<b>-</b>	<b>3.479.179</b>	<b>2.382.337</b>

Os saldos com partes relacionadas são oriundos, principalmente, das atividades operacionais da Companhia para a prestação de serviços de logística integrada, construção de poços e engenharia submarina.

## **9.2 Receita líquida de prestação de serviços**

Referem-se a contratos para prestação de serviços de construção de poços marítimos e apoio logístico. O principal cliente da PB-LOG é a Petrobras, na condição de operadora dos consórcios de E&P, correspondendo à totalidade da receita dos serviços prestados.

## **9.3 Remuneração da Administração da Companhia**

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva da Companhia foi objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2020. Foi deliberada a fixação do montante global de limite máximo anual da remuneração da Diretoria Executiva no valor de R\$ 6.422, válido para o período compreendido entre abril de 2020 e março de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, a remuneração, incluindo gratificações, dos membros da Diretoria Executiva foi de R\$ 2.439 (R\$ 3.005 em 31 de dezembro de 2019), referente a um diretor-presidente, um diretor corporativo-financeiro e uma diretora de operações. A menor realização em 2020 deve-se, principalmente: (i) à vacância das posições de diretor-presidente e diretor de operações em parte do ano e à (ii) redução dos honorários dos Administradores ocorrida em outubro de 2020.

## **9.4 Remuneração variável**

### ***Programa de Prêmio por Performance (PPP)***

Em 2020, a Diretoria Executiva da PB-LOG aprovou um novo Programa de Prêmio por Performance (PPP) para o ano, que alinhado ao Plano Estratégico da Companhia, valorizará a meritocracia e trará flexibilidade para um cenário em que a Companhia busca mais eficiência e alinhamento às melhores práticas de gestão.

O montante estimado de desembolso dependerá de determinados fatores, tais como desempenho individual dos empregados e resultado das áreas, além das métricas de desempenho da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, há provisão de R\$ 4.738 (R\$ 3.731 em 2019) em relação ao PPP.

## **10 Processos judiciais e contingências**

### **10.1 Processos judiciais provisionados**

A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. As principais ações referem-se a:

- **Processos fiscais:** referem-se, principalmente, à não homologação de compensações de tributos federais e estaduais, além de autos de infração lavrados em razão de divergência entre entendimentos do Fisco (Federal e Municipal) e da Companhia.
- **Processos trabalhistas, destacando-se:** (i) revisão da metodologia de apuração do complemento de remuneração mínima por nível e regime; (ii) diferenças de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados; (iii) ações individuais de terceirizados com pleito de verba rescisória, entre outros.

- **Processo ambiental administrativo:** referente a danos *onshore*.

Os valores provisionados são os seguintes:

	2020	2019
<b>Passivo não circulante</b>		
Tributária	35.144	34.650
Trabalhista	12.209	12.401
Ambiental	-	399
Cível	15.620	3.314
	<b>62.973</b>	<b>50.764</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>50.764</b>	<b>36.547</b>
<b>Adições (baixas) líquidas</b>		
Tributária	494	986
Trabalhista	(192)	9.905
Ambiental	(399)	12
Cível	12.306	3.314
<b>Saldo final</b>	<b>62.973</b>	<b>50.764</b>

Exceto pelos processos de natureza cível que estão relacionados às atividades da PB-LOG, os demais processos judiciais com o prognóstico de perda provável são oriundos das atividades operacionais da REFAP, para os quais existe um acordo contratual de ressarcimento pela Petrobras. Desta forma, foi constituído contas a receber no ativo não circulante no montante de R\$ 47.353 (R\$ 50.764 em 31 de dezembro de 2019).

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das causas correspondentes:

	2020	2019
<b>Ativo não circulante</b>		
Trabalhista	84	94
Tributária	38.646	37.343
Cível	-	1
	<b>38.730</b>	<b>37.438</b>
Saldo inicial	37.438	36.256
Adições	807	-
Atualizações	900	1.706
Reversões	(1)	-
Baixas	(414)	(524)
<b>Saldo final</b>	<b>38.730</b>	<b>37.438</b>

## 10.2 Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais, em 31 de dezembro de 2020, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	2020	2019
Fiscais	72.285	25.228
Trabalhistas (a)	18.201	582.969
Cível	86.863	80.632
Ambiental	<u>206</u>	<u>193</u>
	<b><u>177.555</u></b>	<b><u>689.022</u></b>

- (a) Destaca-se a exclusão da PB-LOG do âmbito de Ação Coletiva movida por sindicato em face da Petrobras e subsidiárias, perante a Justiça do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul, tendo por objeto pleito de recebimento de diferenças a título de RMNR (Remuneração Mínima por Nível e Região). Este fato ocasionou redução de exposição em processos trabalhistas em cerca de R\$ 571 milhões ante o ano de 2019.

Os quadros a seguir detalham as principais causas de naturezas fiscal e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

Descrição dos processos de natureza fiscal:	Estimativa
<b>Autor: União Federal</b>	
1) Auto de Infração para cobrança de PIS/COFINS decorrente de glosa de créditos. Situação atual: Foi apresentado recurso voluntário que ainda está pendente de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).	<u>15.749</u>
2) Auto de infração visando à cobrança de contribuição previdenciária sobre a parcela paga aos empregados da REFAP a título de Participação nos Lucros e Resultados. Situação atual: Auto de Infração mantido. Em razão disso, foi apresentado recurso voluntário que está pendente de julgamento pelo CARF.	8.978
3) Auto de infração para cobrança de CSLL e IRPJ decorrente da glosa do aproveitamento de ágio em operações societárias. Situação atual: Auto de Infração mantido e será apresentado recurso voluntário ao CARF.	<u>46.821</u>
<b>Outros processos de natureza fiscal</b>	<u>737</u>
<b>Total de processos de natureza fiscal</b>	<b><u>72.285</u></b>
<b>Descrição dos processos de natureza trabalhista:</b>	<b>Estimativa</b>
<b>Autor: Empregados e SINDIPETRO dos Estados: ES, RJ, BA, MG, SP, PE, PB, RN, CE, PI, PR e SC</b>	
1) Reclamação trabalhista em virtude de plano de previdência complementar. Situação atual: Aguarda-se o julgamento de Recurso de Revista pelo Tribunal Superior do Trabalho.	<u>10.613</u>
<b>Autor: DIVERSOS - Pessoa física</b>	
2) Demais processos trabalhistas envolvendo os temas de terceirização, previdência complementar e outros. Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhecimento ou grau de recurso.	<u>7.588</u>
<b>Total de processos de natureza trabalhista</b>	<b><u>18.201</u></b>



<b>Descrição dos processos de natureza cível:</b>	<b>Estimativa</b>
<b>Autores: Pessoas Jurídicas</b>	
1) Pleitos indenizatórios oriundos de contratos de afretamento de embarcações (anulação de multa). Situação atual: A sentença julgou os pedidos autorais procedentes e as rés, Petrobras e PB-LOG interpuseram apelação, ainda pendente de julgamento.	<u>4.384</u>
2) Pleitos indenizatórios oriundos de contratos de serviços de logística. Situação atual: Processos encontram-se em fase de conhecimento sem prolação de decisão.	<u>82.475</u>
Outros processos de natureza cível	<u>4</u>
<b>Total de processos de natureza cível</b>	<b><u>86.863</u></b>

<b>Descrição dos processos de natureza ambiental:</b>	<b>Estimativa</b>
<b>Autores: Autoridades Governamentais</b>	
1) Infrações em discussão a respeito de danos ambientais <i>onshore</i> Situação atual: Processos encontram-se aguardando decisão administrativa.	<u>206</u>

### 10.3 Prática contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. No entanto, passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

## 11 Tributos

### 11.1 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recuperar e a recolher

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social	22.587	57.766	-	-	80.488	10.085
PIS/COFINS	42.275	10.786	57.849	170.668	16.508	34
Imposto sobre serviços	-	-	-	-	23.017	20.549
Outros	113	40	-	-	13.845	35.246
	<b>64.975</b>	<b>68.592</b>	<b>57.849</b>	<b>170.668</b>	<b>133.858</b>	<b>65.914</b>

O imposto de renda e a contribuição social serão recuperados no curso das atividades operacionais da Companhia.

## 11.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Provisão para processos judiciais	Programas de remuneração	Outros	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2019</b>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>(1.658)</u>	<u>(1.660)</u>
Reconhecido no resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>696</u>	<u>696</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>(962)</u>	<u>(964)</u>
Reconhecido no resultado do exercício	<u>5.311</u>	<u>2.064</u>	<u>302</u>	<u>7.677</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<u>5.309</u>	<u>2.064</u>	<u>(660)</u>	<u>6.713</u>
Impostos diferidos ativos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.349</u>
Impostos diferidos passivos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.313)</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(964)</u>
Impostos diferidos ativos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.402</u>
Impostos diferidos passivos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.689)</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.713</u>

## 11.3 Prática contábil

A Companhia utiliza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) para o conglomerado Petrobras, que anualmente é aprovado pela Diretoria. Esse plano contém as principais premissas que suportam a mensuração dos lucros tributáveis futuros.

## 11.4 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2020	2019
<b>Lucro contábil antes dos tributos</b>	<b>1.994.883</b>	<b>1.385.562</b>
Alíquota fiscal nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal</b>	<b>678.260</b>	<b>471.091</b>
Exclusões permanentes, líquidas	<u>(2.305)</u>	<u>-</u>
Adições temporárias, líquidas	<u>230</u>	<u>-</u>
Outros	<u>(353)</u>	<u>646</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício</b>	<b>675.832</b>	<b>471.737</b>
Alíquota efetiva	<u>34%</u>	<u>34%</u>

A seguir, a composição da despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Corrente	683.508	472.433
Diferido	<u>(7.676)</u>	<u>(696)</u>
<b>Total de despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b><u>675.832</u></b>	<b><u>471.737</u></b>

## **11.5 Prática contábil**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos.

### **a. Imposto de renda e contribuição social correntes**

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de quitar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **b. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, ao final do exercício que está sendo reportado, aplicando-se as alíquotas vigentes nesse exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos quando existe direito à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável, ou são realizados os ativos e liquidados os passivos simultaneamente, em cada exercício futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

## **12 Patrimônio líquido**

### **12.1 Capital social**

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia era controlado em 100% pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sendo composto por 2.360.959.993 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscrito e integralizado no montante de R\$ 3.162.458.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 30 de abril de 2020, foi aprovada a capitalização de parte da reserva legal no montante de R\$ 249.391 e a redução de capital social no montante de R\$ 3.162.458, que foi liquidada financeiramente em 21 de agosto de 2020. Desta forma, o capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 249.391, sendo composto por 2.360.959.993 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

### **12.2 Participação acionária**

O capital social da Sociedade é controlado em 100% pela empresa Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

### **12.3 Reserva de lucros**

#### ***Reserva legal***

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

### **12.4 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio**

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas ocorre sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

O saldo de dividendos adicionais propostos relativos ao resultado do exercício de 2019, no montante de R\$ 192.794, foi aprovado por meio de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de fevereiro de 2020 e pago à Petrobras em 22 de julho de 2020.

Os dividendos intermediários relativos ao resultado apurado no primeiro trimestre de 2020, no montante de R\$ 263.415, foram aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia em 7 de maio de 2020 e pagos em 21 de agosto de 2020.

Os dividendos intermediários relativos ao resultado apurado no segundo trimestre de 2020, no montante de R\$ 412.487, foram aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia em 3 de setembro de 2020 e pagos em 30 de setembro de 2020.

Em 23 de dezembro de 2020, a AGE da PB-LOG aprovou a proposta de distribuição de lucros através de Juros sobre Capital Próprio (JCP), no montante de R\$ 6.779 e, em 30 de dezembro de 2020, os Dividendos Intermediários, no montante de R\$ 490.204.

Os juros sobre o capital próprio foram pagos à Petrobras no dia 30 de dezembro de 2020. Esses juros estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95. Os juros foram imputados aos dividendos do exercício de 2020 e contabilizados no resultado operacional, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados, conforme determina a Deliberação CVM nº 207/96, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 2.305.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os dividendos estão assim demonstrados:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Lucro líquido do exercício	1.319.051	913.825
Constituição da reserva legal	<u>-</u>	<u>(45.691)</u>
Lucro básico para determinação do dividendo	<u>1.319.051</u>	<u>868.134</u>
Dividendos obrigatórios - 25%	-	-
<b>Dividendos propostos</b>		
Dividendos intermediários antecipados (1T)	263.415	224.633
Dividendos intermediários antecipados (2T)	412.487	211.426
Dividendos intermediários antecipados (3T)	-	239.281
Dividendos intermediários - Aprovados em DE - 30/12/2020	490.204	-
Juros sobre capital próprio - Aprovados em DE - 23/12/2020	6.779	-
Dividendos adicionais propostos	<u>146.166</u>	<u>192.794</u>
	<b><u>1.319.051</u></b>	<b><u>868.134</u></b>

## **13 Instrumentos financeiros**

### **13.1 Instrumentos financeiros**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhar permanentemente as condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, conforme detalhado a seguir:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	1	5
Contas a receber, líquidas	714.331	607.233
Contas a receber - FIDC	<u>1.054.809</u>	<u>3.540.757</u>
	<u>1.769.141</u>	<u>4.147.995</u>
<b>Não circulante</b>		
Contas a receber, líquidas	47.353	50.764
Depósitos judiciais	<u>38.730</u>	<u>37.438</u>
	<u>86.083</u>	<u>88.202</u>
	<b><u>1.855.224</u></b>	<b><u>4.236.197</u></b>
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	<u>844.313</u>	<u>696.845</u>
	<b><u>844.313</u></b>	<b><u>696.845</u></b>

O principal ativo financeiro da Companhia é classificado na categoria Contas a Receber, não derivativo, com pagamentos fixos ou determináveis, e que não possuem a característica de negociação em mercados organizados.

### **13.2 Mensuração dos instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

O Contas a Receber - FIDC, conforme divulgação na Nota Explicativa nº 6 (a), está mensurado pelo seu valor justo por meio do resultado.

## **14 Gerenciamento de riscos**

A gestão da Companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Essa política visa a contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

**14.1 Risco cambial**

O gerenciamento dos riscos cambiais é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando a garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

**14.2 Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras.

**14.3 Risco de crédito**

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada, principalmente, pelo saldo do contas a receber, que por sua vez é atenuado por possuir como principal cliente a sua controladora Petrobras.

O vencimento dos recebíveis concedidos na data das demonstrações financeiras era:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Recebíveis</b>		
A vencer	761.684	657.997
Vencidos há mais de 30 dias	<u>263</u>	<u>421</u>
	<b><u>761.947</u></b>	<b><u>658.418</u></b>

A Companhia não apresenta saldos significativos em atraso e histórico relevante de perdas por inadimplência.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de contas a receber são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

#### 14.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros a valores nominais, incluindo pagamentos de juros estimados:

	<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo de caixa contratual</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>		
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>		
Fornecedores	156.638	156.638
Partes relacionadas	687.675	687.675
<b>Total</b>	<b>844.313</b>	<b>844.313</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>		
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>		
Fornecedores	147.096	147.096
Partes relacionadas	549.749	549.749
<b>Total</b>	<b>696.845</b>	<b>696.845</b>

#### 14.5 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	<b>2020</b>		<b>2019</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	5	5
Contas a receber - Ativos financeiros "FIDC"	1.054.809	1.054.809	3.540.757	3.540.757

#### 15 Receita de serviços

A receita da Companhia está substancialmente concentrada em operações com o seu acionista controlador Petrobras, na condição de operadora dos consórcios de E&P. Abaixo, apresentamos a composição da receita na demonstração de resultado do exercício:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Receita bruta de serviços</b>	4.961.607	3.762.367
<b>ISS</b>	(176.981)	(138.604)
<b>PIS</b>	(101.218)	(75.675)
<b>COFINS</b>	(466.218)	(348.567)
	<b>4.217.190</b>	<b>3.199.521</b>



## 15.1 Prática contábil

Os principais contratos com clientes da Companhia envolvem a prestação de serviços de logística integrada, construção de poços e engenharia submarina.

A Companhia identifica os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e avalia em cada um deles quais são as promessas que podem ser consideradas como obrigações de *performance*. Obrigações de *performance* são cada promessa de transferir ao cliente:

- Bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto ou
- Série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A Companhia reconhece receitas quando ou à medida que seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o controle do serviço prometido ao cliente. O serviço é considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtém controle dele.

A Companhia mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos serviços prometidos ao cliente. A contraprestação prometida em contratos com os clientes pode incluir valores fixos, variáveis ou ambos.

## 16 Resultado financeiro líquido

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros e receitas	90.851	227.408
Variações monetárias ativas	7.442	11.146
	<b>98.293</b>	<b>238.554</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros	(221)	(341)
Despesas com passivos de arrendamento	(244)	(416)
Variações monetárias passivas	(45)	(7)
	<b>(510)</b>	<b>(764)</b>

## 17 Outras receitas (despesas) líquidas

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Despesas com perdas e provisão para processos judiciais	(15.793)	(122)
Despesas com ociosidade de embarcações	(30.439)	(23.956)
Multas contratuais	(5.600)	-
Recuperação de despesas de compartilhamento de gastos com Petrobras	-	39.610
Remuneração variável e prêmio por desempenho	(5.089)	(3.731)
Baixa de ativos (direito de uso)	(252)	
Outras receitas, líquidas	(1.057)	1.831
	<b>(58.230)</b>	<b>13.632</b>

## 18 Despesas e custos por natureza

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Despesas com pessoal cedido (administrativo)	(14.696)	(18.845)
Outras despesas administrativas	(1.276)	(1.149)
Compartilhamento de gastos com a controladora (administrativo)	(2.336)	(2.144)
Depreciação e amortização (administrativo)	(1.196)	(1.265)
Despesas tributárias	(4.836)	(12.683)
Afretamentos de embarcações e aeronaves	(1.351.920)	(1.150.766)
Serviços logísticos	(783.107)	(806.917)
Operações terrestres	(37.144)	(26.717)
Despesas com pessoal cedido (operacional)	(5.272)	(2.688)
Compartilhamento de gastos com a controladora (operacional)	(28.910)	(30.867)
Depreciação e amortização (operacional)	(1.554)	(1.169)
Outros custos operacionais	<u>(29.771)</u>	<u>(10.177)</u>
	<b><u>(2.262.018)</u></b>	<b><u>(2.065.387)</u></b>
Na demonstração de resultado:		
Despesas gerais e administrativas	(19.503)	(23.403)
Despesas tributárias	(4.836)	(12.683)
Custos dos serviços prestados	<u>(2.237.679)</u>	<u>(2.029.301)</u>
	<b><u>(2.262.018)</u></b>	<b><u>(2.065.387)</u></b>

\* \* \*

### Diretoria executiva

Rodrigo Valle Real  
Diretor-presidente

Rodrigo Tiradentes Montecchiari  
Diretor corporativo-financeiro

Giselle Pacheco Tinoco  
Diretora de operações

Eduardo Seixas  
Contador - CRC/RJ 087203/O-6